

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.896 - CE (2019/0268568-6)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : ESTADO DO CEARÁ**  
**PROCURADOR : FREDY BEZERRA DE MENEZES E OUTRO(S) - CE016374**  
**RECORRIDO : CAIO LIMA BARROSO MOREIRA**  
**ADVOGADO : ROSA VÍRGÍNIA LIMA BARROSO - CE010142**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso manejado pelo **Estado do Ceará** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado (fls. 288/290):

*EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR. EXIGÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DE REPRESENTANTE JUDICIAL DA PESSOA JURÍDICA À QUAL É VINCULADA A AUTORIDADE COATORA. DESNECESSIDADE. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO AOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. NÃO OCORRÊNCIA. PRELIMINARES REJEITADAS. CONCURSO PÚBLICO. EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA. INAPTIDÃO POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR. INCAPACIDADE FÍSICA TEMPORÁRIA. COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DE ATESTADO MÉDICO NO DIA DA REALIZAÇÃO DO TESTE. DESIGNAÇÃO DE NOVA DATA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DESTA E. CORTE. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.*

*I - No caso em análise, houve comparecimento voluntário do ente estatal na lide, que habilitou-se nos autos requerendo vista, havendo o d. Magistrado a quo determinado a sua intimação para apresentar contestação. Nesse cotejo, uma vez alcançado o fim precípuo a que se dispõe o ato processual praticado, in casu, a realização da defesa de mérito da impetração e a oportunização do manejo de eventual recurso, não há falar em nulidade intransponível a ensejar a nulidade processual assacada.*

*II - Com relação à alegativa de que a sentença não pode ser cumprida, em virtude da autoridade coatora não ter competência para dar posse ao candidato, esta tampouco merece prosperar. O d. Magistrado de primeira instância apenas confirmou a liminar anteriormente deferida, reconhecendo o direito do impetrante em realizar o exame de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*capacidade física em data diferenciada. Em sendo aprovado em todas as fases e estando dentro do número de vagas a nomeação é um direito que lhe assiste, independentemente de decisão judicial.*

*III - A designação de nova data para a realização de exame de capacidade física, quando demonstrado que a anterior situação física do candidato impossibilitava sua participação em igualdade de condições com os demais concorrentes, não viola o princípio da isonomia, nem tampouco constitui privilégio, mas exigência reclamada pela própria situação peculiar do candidato. Precedentes do STF, STJ e desta Corte.*

*IV - Restou demonstrado nos presentes autos que o candidato estava, na data do exame físico, impossibilitado de competir em igualdade de condições com os demais concorrentes, havendo inclusive apresentado exame médico no dia da realização do teste.*

*V - Outrossim, o exame físico foi de fato realizado em data diferenciada pelo candidato, na condição sub judice, quando este já apresentava saúde e plena capacidade física, havendo este sido aprovado, razão pela qual o autor/apelado tem direito a realizar as demais fases do concurso, em igualdade de condições com os demais candidatos, nos moldes da decisão prolatada pelo r. juiz de primeiro grau.*

*VI - Apelação conhecida, mas desprovida.  
Sentença mantida.*

*Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 314/323).*

*Nas razões do especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 267, VI e 535 do CPC/73; 23 da Lei n.º 12.016/09 e 41 da Lei nº 8.666/93. Sustenta, em síntese: (I) tese de negativa de prestação jurisdicional; (II) "como o edital de lançamento do concurso foi publicado em 08 de março de 2006, tendo o Recorrido impetrado o mandamus em liça apenas em 08 de outubro de 2007, bem além dos 120 dias previstos na Lei de Mandado de Segurança, resta caracterizada a decadência no presente caso. Destarte, se o candidato insurge-se contra expressa previsão do edital, como ocorre no caso em comento, o prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança inicia-se com a publicação de seu edital, fazendo-se premente, assim, a reforma do acórdão a quo, ante a demonstrada divergência e a violação ao artigo mencionado, para o fim de que seja denegada a segurança em liça, em razão da verificação da decadência do direito de impetrar o mandado de segurança." (fl. 334); (III) "de fato, quando os candidatos inscreveram-se no referido concurso, fizeram-no conscientemente,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*tendo sido cientificados, de antemão, de todas as provas e de todos os requisitos que teriam de alcançar para obterem a aprovação desejada. Assim, o Recorrido sabia, quando do ato de inscrição, que não haveria nova chance para realizar teste físico, o que evidencia a mais absoluta e translúcida anuência com as regras do Edital. Com efeito, o artigo 41 da Lei n.º 8.666/93 prevê a impossibilidade de a Administração descumprir o edital do concurso ou licitação, in verbis: [...] Ao lado da natureza vinculativa do edital, o legislador procurou ressaltar, no mesmo artigo 41 da retrocitada lei, o princípio da legalidade ao qual está submetido o próprio ato inaugural do certame. [...] Desta feita, deve ser dado provimento ao presente Recurso Especial, para o fim de que seja reformado o acórdão em apreço, ante à demonstrada divergência jurisprudencial e por violação ao artigo 41 da Lei n.º 8.666/93, denegando-se, assim, a segurança em liça, com o restabelecimento da eliminação do Recorrido do certame."* (fls. 337/338) e; (IV) a ilegitimidade passiva da autoridade impetrada.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso especial (fls. 560/565).

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A irresignação não merece prosperar.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No que concerne à alegada ilegitimidade passiva da autoridade apontada

como coatora, constata-se que o Tribunal **a quo** adotou a seguinte fundamentação (fl. 293):

*Com relação à alegativa de que a sentença não pode ser cumprida, em virtude da autoridade coatora não ter competência para dar posse ao candidato, esta tampouco merece prosperar. O d. Magistrado de primeira instância apenas confirmou a liminar anteriormente deferida, reconhecendo o direito do impetrante em realizar o exame de capacidade física em data diferenciada, participando de todas as fases do certame em igualdade de condições com os demais candidatos e, sendo aprovado, reconhecer-lhe o direito de ser nomeado, obedecendo-se rigorosamente a ordem classificatória do Concurso.*

Diante desse cenário, verifica-se que a Corte local rejeitou a alegação de ilegitimidade da autoridade coatora, de modo que a alteração das conclusões adotadas no acórdão recorrido, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS REALIZADAS PARA CONTENÇÃO DOS PREJUÍZOS. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. INÉPCIA DA INICIAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7/STJ.**

*1. Inexistência de maltrato ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.*

*2. A reforma do julgado, quanto à inépcia da inicial; impossibilidade jurídica do pedido e legitimidade passiva, demandaria o reexame do contexto fático-probatório, providência vedada no âmbito do recurso especial, a teor do enunciado da Súmula n.º 7 do STJ.*

*3. O causador do dano ambiental responde não apenas por sua reparação, como também por todas as despesas dele decorrentes, inclusive as de contenção da poluição.*

*4. Interpretação do disposto no art. 14, § 1º, da Lei n.º 6.938/81*

**5. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

**(AgRg no REsp 1.391.259/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 02/02/2015)**

# *Superior Tribunal de Justiça*

De outro lado, o Tribunal de origem afastou o exame da decadência, assim consignando (fl. 319):

*Quanto à decadência do direito do impetrante, face à suposta decorrência dos 120 dias previstos na Lei do Mandado de Segurança, tal questão não fora suscitada na apelação, razão pela qual a matéria não chegou a ser apreciada pelo acórdão vergastado. Outrossim, ainda que tivesse sido levantado tal questionamento, este não merece prosperar, eis que os 120 dias devem ser contados a partir do ato que indeferiu a continuidade da participação do candidato nas demais fases do certame, e não da publicação do edital, como quer fazer acreditar o ente ora embargante.*

Assim, constata-se que o acórdão impugnado decidiu em consonância com a jurisprudência deste Tribunal no sentido de que: "A decadência para a impetração do mandado de segurança tem seu termo inicial da ciência do ato que efetivamente se alega ter violado o direito líquido e certo do impetrante e não da publicação do edital" (AgRg no REsp 1347511/BA, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 02/04/2013) Confira-se, ainda:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR. NOMEAÇÃO. TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL CONTRA AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO. EXPIRAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS. SURGIMENTO DE NOVAS VAGAS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO. ACOLHER A ALEGAÇÃO DE QUE A DEFINIÇÃO ACERCA DO SURGIMENTO DE NOVAS VAGAS SE DEU APÓS A EXPIRAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME IMPORTA EM ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DA BAHIA DESPROVIDO.**

1. O termo inicial do prazo decadencial para se impetrar Mandado de Segurança contra ausência de nomeação de candidato aprovado em concurso público é a data de expiração da validade do certame.

2. Embora o candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital do certame possua mera expectativa de direito à nomeação, caso fique comprovado nos autos a

# Superior Tribunal de Justiça

*necessidade de a Administração preencher as vagas existentes, o candidato passa, então, a ter direito subjetivo a ser nomeado.*

3. *No caso em tela, conforme registrado pelo acórdão recorrido, antes da expiração do prazo de validade do certame, surgiram 194 vagas em razão da exclusão de novos candidatos convocados, o que alcançou a classificação do recorrido, dando ensejo ao seu direito e líquido e certo à nomeação.*

4. *Tendo o Tribunal de origem consignado que a exclusão dos candidatos inaptos se deu antes da expiração do prazo de validade do certame, acolher a alegação de que o surgimento de vagas foi definido somente após esse prazo importa em análise de questão fático-probatória, inviável em Recurso Especial, por força da Súmula 7/STJ.*

5. *Agravo Regimental da ESTADO DA BAHIA desprovido. (AgRg no REsp 1357029/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 08/05/2014)*

Por fim, o invocado art. 41 da Lei 8.666/93 não guarda pertinência temática com os fundamentos adotados pelo acórdão recorrido, pois *"estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."* Assim, incide ao ponto a Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). No mesmo sentido, confirmam-se os precedentes: **REsp 1.345.963/RJ**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 05/11/2012 e **AgRg no REsp 1.275.961/AL**, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/05/2012, DJe 10/05/2012.

Em reforço:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO E LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. IMPERTINÊNCIA TEMÁTICA. SÚMULA 284/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. *A controvérsia cinge-se à existência ou não dos requisitos necessários ao cargo. Por sua vez, conforme redação do seu art. 1º, a Lei 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. A ausência de pertinência temática entre o julgado recorrido e o dispositivo de lei federal, tido pela agravante como ofendido, faz incidir o óbice contido no verbete sumular 284/STF.

3. Rever o entendimento firmado pelo Tribunal de origem no sentido de reconhecer a habilitação técnica do candidato demandaria o reexame de matéria fático-probatória, inviável em recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 167.117/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 25/10/2012)

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. CONCURSO PÚBLICO E LEI 8.666/1993. IMPERTINÊNCIA TEMÁTICA. SÚMULA 284/STF. PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA EFICIÊNCIA. VIOLAÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.*

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. Cinge-se o debate à impetração de Mandado de Segurança contra ato da Comissão do III Concurso Público de Ingresso ao Exercício nas Atividades Notariais e de Registros do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de que seja assegurada a apreciação de títulos e documentos relativos à investigação da vida pregressa da candidata.

3. O Estado de Mato Grosso do Sul alega ofensa ao art. 41 da Lei 8.666/1993, mas este diploma normativo estabelece normas gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos. Desse modo, a ausência de pertinência temática entre o acórdão recorrido e o dispositivo legal tido como violado faz incidir o óbice contido na Súmula 284/STF.

4. Ademais, o Tribunal a quo consignou que os princípios da publicidade e da eficiência, no caso de intimação, foram relegados a segundo plano, o que ocasionou prejuízo à candidata. Rever tal entendimento implica reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado em Recurso Especial ante o disposto na Súmula 7/STJ.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 199.098/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe 10/10/2012)

**ANTE O EXPOSTO**, conheço em parte do recurso especial e lhe nego provimento.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

